



RELA- TÓRIO ANUAL

2019.1

SICOOB CENTRAL NE

RELA- TÓRIO ANUAL

2019.1

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS	06
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	07
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	08
NOTAS EXPLICATIVAS	09
PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL	27

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Para os exercícios findos em 30 junho de 2019 e 2018

Em reais

ATIVO	Notas	30/06/2019	30/06/2018
Circulante		262.797.760,37	173.588.572,75
Disponibilidades		3.024,99	3.068,63
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		141.258.145,95	100.864.323,20
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	141.258.145,95	100.864.323,20
Títulos e Valores Mobiliários	6	97.420.137,91	69.683.976,29
Carteira Própria		97.420.137,91	69.683.976,29
Operações de Crédito	7	23.340.657,65	2.696.284,59
Operações de Crédito		23.501.019,49	2.713.864,40
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(160.361,84)	(17.579,81)
Outros Créditos	8	617.574,28	235.890,07
Rendas a Receber		47,58	38,43
Diversos		617.526,70	235.851,64
Outros Valores e Bens	9	158.219,59	105.029,97
Outros Valores e Bens		30.089,17	26.375,12
Despesas Antecipadas		128.130,42	78.654,85
Não Circulante		24.085.028,21	13.632.036,11
Realizável a Longo Prazo		12.858.521,00	4.127.400,98
Operações de Crédito	7	12.780.609,30	4.050.431,25
Operações de Crédito		12.811.709,52	4.076.840,12
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(31.100,22)	(26.408,87)
Outros Créditos	8	77.911,70	76.969,73
Diversos		77.911,70	76.969,73
Permanente		11.226.507,21	9.504.635,13
Investimentos	10	6.296.010,98	5.975.001,43
Participações em Cooperativas, Banco e Outras		6.296.010,98	5.975.001,43
Imobilizado em Uso	11	4.846.668,49	3.424.852,51
Outras Imobilizações de Uso		5.248.079,61	3.783.637,82
(Depreciações Acumuladas)		(401.411,12)	(358.785,31)
Intangível		83.827,74	104.781,19
Ativos Intangíveis		249.551,08	263.117,45
(Amortização Acumulada)		(165.723,34)	(158.336,26)
TOTAL DO ATIVO		286.882.788,58	187.220.608,86
PASSIVO		30/06/2019	30/06/2018
Circulante		256.266.410,68	164.602.600,02
Depósitos	12	47.375.232,02	28.522.958,78
Depósitos a Prazo		47.375.232,02	28.522.958,78
Relações Interfinanceiras	13	204.945.029,72	131.267.559,49
Centralização Financeira - Cooperativas		204.945.029,72	131.267.559,49
Outras Obrigações	14	3.946.148,94	4.812.081,75
Sociais e Estatutárias		1.102.341,73	239.987,34
Fiscais e Previdenciárias		178.153,96	122.146,29
Diversas		2.665.653,25	4.449.948,12
Exigível a Longo Prazo		941,98	-
Outras Obrigações		941,98	-
Diversas	26	941,98	-
Patrimônio Líquido		30.615.435,92	22.618.008,84
Capital Social	16	29.479.479,89	21.612.753,36
De Domiciliados no País		29.479.479,89	21.612.753,36
Reserva de Sobras		1.119.965,40	981.714,80
Sobras Acumuladas		15.990,63	23.540,68
TOTAL		286.882.788,58	187.220.608,86

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

Para os semestres findos em 30 junho de 2019 e 2018

		Em reais	
DSP	Notas	30/06/2019	30/06/2018
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	8.288.962,05	5.503.871,70
Operações de Crédito		1.078.058,05	446.513,49
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		7.210.904,00	5.057.358,21
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	(1.372.930,78)	(763.841,17)
Operações de Captação no Mercado	12.a	(1.220.491,88)	(855.210,61)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(152.438,90)	91.369,44
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.916.031,27	4.740.030,53
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(5.986.309,96)	(3.646.516,47)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		4.668,72	6.894,33
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	21	(3.963.278,47)	(2.695.891,58)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	22	(724.828,80)	(614.895,78)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	22	(20.787,64)	(14.198,63)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	5.213.938,39	3.796.709,12
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	22	(67.288,21)	(15.145,53)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	22	(6.428.733,95)	(4.109.988,40)
RESULTADO OPERACIONAL		929.721,31	1.093.514,06
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	2.058,80
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		929.721,31	1.095.572,86
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.200,00)	(218,62)
Provisão para Imposto de Renda		(600,00)	(100,26)
Provisão para Contribuição Social		(600,00)	(118,36)
SOBRAS LÍQUIDAS DOS TRIBUTOS		928.521,31	1.095.354,24
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(912.530,68)	(1.071.813,56)
SOBRAS APÓS JCP		15.990,63	23.540,68
SOBRAS A DISPOSICÃO DA AGO		15.990,63	23.540,68

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os semestres findos em 30 junho de 2019 e 2018

Em reais

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Fundo de Reserva	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Notas	Capital Subscrito				
Saldo em 31/12/2017		20.361.374,57	980.311,56		1.403,24	21.343.089,37
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas			1.403,24		(1.403,24)	
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		1.451.688,96				1.451.688,96
Por Devolução (-)		(200.310,17)				(200.310,17)
Sobras ou Perdas Líquidas dos Tributos					1.095.354,24	1.095.354,24
Remuneração de Juros ao Capital:						
Provisão de Juros ao Capital					(1.071.813,56)	(1.071.813,56)
Saldos em 30/06/2018		21.612.753,36	981.714,80		23.540,68	22.618.008,84
Saldos em 31/12/2018		25.803.981,17	1.025.372,89		94.592,51	26.923.946,57
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas			94.592,51		(94.592,51)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		4.524.227,38				4.524.227,38
Por Devolução (-)		(848.728,66)				(848.728,66)
Sobras ou Perdas Líquidas dos Tributos					928.521,31	928.521,31
Remuneração de Juros ao Capital:						
Provisão de Juros ao Capital					(912.530,68)	(912.530,68)
Saldos em 30/06/2019		29.479.479,89	1.119.965,40		15.990,63	30.615.435,92

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

Para os semestres findos em 30 junho de 2019 e 2018

Em reais

DESCRIÇÃO	Notas	30/06/2019	30/06/2018
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício		929.721,31	1.095.572,86
IRPJ / CSLL		(1.200,00)	(218,62)
Provisão para Operações de Crédito		152.438,90	(91.369,44)
Provisão de Juros ao Capital		(912.530,68)	(1.071.813,56)
Perdas por baixas no intangível		-	9.660,34
Depreciações e Amortizações		57.413,83	55.944,90
		225.843,36	(2.223,52)
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(35.580.184,01)	(43.922.724,82)
Títulos e Valores Mobiliários		(21.532.963,08)	(4.361.866,91)
Operações de Crédito		384.478,95	21.549.120,66
Outros Créditos		401.063,16	431.856,44
Outros Valores e Bens		(40.525,80)	(10.133,54)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Prazo		13.377.871,39	2.699.049,06
Outras Obrigações		503.560,49	249.960,45
Relações Interfinanceiras		22.240.626,43	14.667.358,82
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		(20.020.229,11)	(8.699.603,36)
Atividades de Investimentos			
Aplicação no Intangível		(23.265,63)	(7.514,00)
Aquisição De Imobilizado de Uso		(1.476.437,84)	(28.816,89)
Aquisição de investimentos		(321.009,55)	(405.628,73)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(1.820.713,02)	(441.959,62)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		4.524.227,38	1.451.688,96
Devolução de Capital à Cooperados		(848.728,66)	(200.310,17)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		3.675.498,72	1.251.378,79
Aumento / Redução Líquida no Caixa e Equiv. De Caixa		(18.165.443,41)	(7.890.184,19)
Modificações no Caixa e Equiv. De Caixa			
No Início do Período		48.163.330,39	33.163.419,48
No Fim do Período	4	29.997.886,98	25.273.235,29
Varição Líquida do Caixa e Equiv. De Caixa		(18.165.443,41)	(7.890.184,19)

NOTAS EXPLICATIVAS

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE
SICOOB CENTRAL NORDESTE - CNPJ: 70.116.611/0001-85
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES
FINDOS EM 30/06/2019 E 30/06/2018

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO NORDESTE - SICOOB CENTRAL NE**, é uma cooperativa de crédito de segundo grau, instituição financeira não bancária, fundada em 25 de abril de 1994, filiada e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CENTRAL NE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **05/08/2019**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações,

edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 194 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Caixa e depósitos bancários	3.024,99	3.068,63
Fundo de Investimento Sicoob Centralização	29.964.821,99	25.270.166,66
TOTAL	29.997.886,98	25.273.235,29

(a) O Fundo de Investimento Bancoob Centralização é utilizado pela Central para gestão de fluxo de caixa e tem características de equivalentes de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração de 101% do CDI, que resultaram em receitas de R\$ 4.627.556,99 e R\$ 2.943.254,86 em 30/06/2019 e 30/06/2018, respectivamente.

6. Títulos e valores mobiliários

Em **30 de junho de 2019 e 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Fundo de Investimento - Sicoob institucional	67.425.275,93	44.413.809,63
Fundo de Investimento - Bancoob Centralização	29.994.861,99	25.270.166,66
TOTAL	97.420.137,91	69.683.976,29

Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários nos semestres findos em 30/06/2019 e 30/06/2018 foram respectivamente R\$ 2.583.347,01 e R\$ 2.114.103,35.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2019			30/06/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	23.501.019,49	12.811.709,52	36.312.729,01	6.790.704,52
(-) Provisões para Operações de Crédito	(160.361,84)	(31.100,22)	(191.462,06)	(43.988,68)
TOTAL	23.340.657,65	12.780.609,30	36.121.266,95	6.746.715,84

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em 30/06/2019	Provisões 30/06/2019	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018
AA - Normal	24.692.032,56	24.692.032,56	-	-	-
A 0,5% Normal	6.286.353,62	6.286.353,62	(31.431,77)	6.389.298,10	(31.946,49)
C 3% Normal	5.334.342,83	5.334.342,83	(160.030,28)	401.406,42	(12.042,19)
Total Normal	36.312.729,01	36.312.729,01	(191.462,05)	6.790.704,52	(43.988,68)
Total Geral	36.312.729,01	36.312.729,01	(191.462,05)	6.790.704,52	(43.988,68)
Provisões	(191.462,06)	(191.462,06)		(43.988,68)	
Total Líquido	36.121.266,95	36.121.266,95		6.746.715,84	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	11.361.873,90	12.139.145,59	12.811.709,52	36.312.729,01
TOTAL	11.361.873,90	12.139.145,59	12.811.709,52	36.312.729,01

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos (Capital de Giro)	30/06/2019	% da Carteira
Instituições Financeiras	36.312.729,01	36.312.729,01	100%
TOTAL	36.312.729,01	36.312.729,01	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Saldo inicial	(39.023,16)	(135.358,12)
Reversões/constituições	(152.438,90)	91.369,44
TOTAL	(191.462,06)	(43.988,68)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2019	% Carteira Total	30/06/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	21.180.708,16	58,00%	0,00	0,00%
10 Maiores Devedores	36.312.729,01	100,00%	6.790.704,52	100,00%
50 Maiores Devedores	36.312.729,01	100,00%	6.790.704,52	100,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Créditos baixados	2.393.540,42	2.393.540,42
TOTAL	2.393.540,42	2.393.540,42

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2019	30/06/2018
Rendas a Receber	47,58	38,43
Diversos	695.438,40	312.821,37
TOTAL	695.485,98	312.859,80
Circulante (a)	617.574,28	235.890,07
Não Circulante (b)	77.911,70	76.969,73

(a) Saldo referente principalmente a adiantamentos despesas com folha de pagamento (13º salário, férias, gratificações), adiantamentos por conta de imobilizações relacionadas a equipamentos e materiais para infraestrutura da nova sede, e créditos a receber das filiadas pelo rateio das despesas da central.

(b) Referem-se aos depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais.

9. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Material em Estoque	30.089,17	26.375,12
Despesas Antecipadas (a)	128.130,42	78.654,85
TOTAL	158.219,59	105.029,97

(a) Refere-se a despesas antecipadas provisionadas no mês de referência para liquidação em mês subsequente, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, processamento de dados, vale alimentação e refeição e outros.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL NE** e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Bancoob	1.744.622,04	1.502.723,19
Confedbras e CNAC	359.088,10	285.374,12
Sicoob Confederação	4.179.184,44	4.173.787,72
Telebras e Sicoob Adm e Corretora de Seguros	13.116,40	13.116,40
TOTAL	6.296.010,98	5.975.001,43

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2019	30/06/2018
Imobilizado em Curso (a)		4.622.289,63	3.200.000,00
Móveis e equipamentos de Uso	10%	183.030,77	183.030,77
Sistema de Comunicação	20%	43.129,58	42.103,74
Sistema de Processamento de Dados	10%	397.314,63	356.188,31
Sistema de Segurança	10%	2.315,00	2.315,00
(-) Total Depreciação Acumulada		(401.411,12)	(358.785,31)
TOTAL		4.846.668,49	3.424.852,51

(a) Foi realizada em dezembro de 2017 permuta do terreno e das edificações da antiga sede do SICOOB CENTRAL NE em troca de 6 unidades de um prédio comercial, local da nova sede da Central. O contrato particular de compra e venda firmado entre o SICOOB CENTRAL NE e a imobiliária previa o pagamento de R\$ 550.000 à vista, R\$ 1.000.000 em 10 parcelas, R\$ 550.000 após expedição do habite-se e ainda o valor de R\$1.100.000 atribuído a sede do SICOOB CENTRAL NE na permuta, valor total da transação R\$ 3.200.000. Essa transação foi registrada ainda no exercício de 2017 pelo seu valor integral como imobilizações em curso em contrapartida de outras obrigações - diversas no passivo e os valores correspondentes à atual sede do SICOOB CENTRAL NE foram baixados em contrapartida do registro desse passivo, resultando em um ganho de capital de R\$ 638.940,72, registrado como receitas não operacionais reconhecidas no exercício de 2017. As obrigações financeiras contratuais citadas anteriormente foram liquidadas no primeiro semestre de 2019, após emissão do habite-se. O SICOOB CENTRAL NE aguarda a emissão das escrituras públicas dos imóveis pelo Cartório de Registro de Imóveis da Prefeitura do Município de João Pessoa/PB. Adicionalmente no primeiro semestre de 2019 foram incorporados ao saldo desta rubrica aquisições de móveis e equipamentos e transferências de adiantamentos por conta de imobilizações que ainda não estavam em uso em 30/06/2019 no montante de R\$ 1.422.289,63, perfazendo o valor total da rubrica o montante de R\$ 4.622.289,63.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré- fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2019	Taxa média	30/06/2018	Taxa média
Depósito a Prazo	47.375.232,02	0,47 % a.m	28.522.958,78	0,52% a.m
TOTAL	47.375.232,02		28.522.958,78	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2019	% Carteira Total	30/06/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	10.027.243,52	21,17%	7.098.018,22	0,00%
10 Maiores Depositantes	43.316.735,15	91,43%	26.500.048,31	94,00%
50 Maiores Depositantes	47.375.232,02	100,00%	28.522.958,78	100,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.220.491,88)	(855.210,61)
TOTAL	(1.220.491,88)	(855.210,61)

13. Relações Interfinanceiras

Refere-se aos valores mantidos pelas cooperativas singulares integrantes do Sistema SICOOB CENTRAL NE para fins de centralização financeira remunerada em 100% do CDI, incorrendo em despesas de R\$ 6.428.733,95 e R\$ 4.109.988,40 nos exercícios de 2018 e 2017, respectivamente, classificadas como Dispêndios com Depósitos Intercooperativos.

14. Outras Obrigações

Descrição	2019	2018
Sociais e Estatutárias 14.1	1.102.341,73	239.987,34
Fiscais e Previdenciárias 14.2	178.153,96	122.146,29
Diversas 14.3	2.666.595,23	4.449.948,12
TOTAL	3.947.090,92	4.812.081,75

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para juros ao capital (a)	912.530,68	0,00
Resultado de Atos com Associados (b)	7.384,29	107,94
Resultado de Atos com Não Associados (b)	146.242,14	225.902,41
Gratificações e Participações a Pagar	36.183,62	13.976,99
Cotas de Capital a Pagar	1,00	0,00
TOTAL	1.102.341,73	239.987,34

(a) Refere-se à provisão de juros ao capital próprio para remuneração do capital das cooperativas singulares filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A provisão para remuneração está demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para impostos e contribuições/lucros	2.985,76	118,36
Impostos e contribuições a recolher	175.168,20	122.027,93
TOTAL	178.153,96	122.146,29

14.3 Diversas

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	6.756,08	950.000,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	439.938,17	1.056.986,02
Créditos de Filiadas (b)	1.040.044,87	741.647,17
Provisão de Juros ao Capital (c)	-	1.071.813,56
Provisão de despesas de pessoal (d)	1.110.401,40	595.202,67
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (e)	64.976,03	27.794,33
Credores Diversos - País	4.478,68	6.504,37
TOTAL	2.666.595,23	4.449.948,12

- (a) Referem-se a despesas relacionadas a serviços administrativos, tais como auditoria externa, processamento de dados, propaganda e publicidade e serviços de consultas informativas a órgão regulador.
- (b) Provisão mensal dos rendimentos da centralização financeira repassado às cooperativas singulares filiadas à Central
- (c) Em 2019 a provisão de juros ao capital passou a ser contabilizado no subgrupo “Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias” conforme detalhamento na nota 14.1.
- (d) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com Pessoal (salários, honorários, férias, 13º salário e encargos) e provisão de despesas administrativas.
- (e) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 30 de junho de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 6.423.041,94 (R\$ 2.779.433,43 em 30/06/2018), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CENTRAL NE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos semestres findos em 30 de junho de **2019** e **2018**, a central não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **16. Patrimônio líquido**

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2019**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 3.675.498,72**.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Capital Social	29.479.479,89	21.612.753,36
Associados	13	13

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/03/2019, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2018** para o fundo de reserva no valor de R\$ 94.592,51.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Receita de prestação de serviços	17.190,63	1.978,62
Despesas específicas de atos não cooperativos	(15.492,71)	(2.872,96)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-	(700,67)
Resultado operacional	1.697,92	(1.595,01)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-	2.589,66
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.697,92	994,65
Compensação de Prejuízo Fiscal	(509,37)	(298,40)
Resultado de Atos com Não Associados (Lucro Líquido)	1.188,55	696,26

18 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de Empréstimos	1.078.058,05	446.513,49
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.627.556,99	2.943.254,86
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.583.347,01	2.114.103,35
TOTAL	8.288.962,05	5.503.871,70

19. Outras receitas (ingressos) operacionais

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	207.536,43	63.821,21
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	-	119.402,26
Dividendos	224.811,89	0,00
Outras Rendas Operacionais (a)	4.781.590,07	3.613.485,65
TOTAL	5.213.938,39	3.796.709,12

- (a) Referem-se substancialmente a rendas originárias do rateio das despesas da central com as filiadas, que em 30/06/19 totalizava R\$ 4.545,205,19, e em 30/06/2018 totalizava R\$ 3.210.000,00.

20 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas De Captação	(1.220.491,88)	(855.210,61)
Provisões para Operações de Credito	(164.181,57)	(2.669,56)
Operações de Credito de Liquidação Duvidosa	11.742,67	94.039,00
TOTAL	(1.372.930,78)	(763.841,17)

21. Dispêndios com Pessoal

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Dispêndios de Honorários Conselho Fiscal	(22.850,40)	(10.296,00)
Dispêndios de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(213.290,13)	(153.168,00)
Assistência Médica	(144.395,64)	(116.768,28)
Alimentação do Trabalhador	(402.882,07)	(338.932,23)
Vale Transporte	(7.156,77)	(3.104,70)
Seguros	(45.635,06)	(12.066,45)
Auxílio educação	(2.076,25)	-
Assistência Odontológica	(6.151,20)	(4.557,91)
Contribuição Previdência Privada	(28.457,93)	(17.347,84)
Outras despesas de Pessoal - benefícios	(3.813,81)	-
Despesas de encargos Sociais	(729.869,72)	(475.369,56)
Salários	(1.675.528,48)	(1.011.501,41)
Horas Extras	(28,58)	(46.428,34)
13º Salário	(145.768,57)	(95.766,37))
Gratificações	(117.230,69)	(78.465,44)
Férias	(267.030,59)	(152.997,04)
Férias Indenizadas	(396,58)	(2.717,68)
Multa Sobre Rescisões Trabalhistas FGTS	(13.757,47)	(25.145,37)
Aviso Prévio Indenizado	(5.472,85)	(32.192,25)
13º Salário Indenizado	(396,58)	(2.479,40)
Provisão Reajuste Salarial	-	(59.960,38)
Outros	(1.200,00)	(1.200,00)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(91.260,63)	(39.026,93)
Dispêndios de Remuneração De Estagiários	(38.628,47)	(16.400,00)
TOTAL	(3.963.278,47)	(2.695.891,58)

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2019	2018
Despesas de água, energia e gás	(34.405,02)	(27.873,34)
Despesas de aluguéis	(10.200,00)	(6.000,00)
Despesas de comunicações	(76.061,66)	(74.684,39)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(6.000,00)	(5.000,00)
Despesas de material	(14.391,04)	(9.861,77)
Despesas de processamento de dados	(128.247,47)	(154.651,81)
Despesas de promoções e relações públicas	(3.000,00)	(3.000,00)
Despesas de propaganda e publicidade	(3.000,00)	(3.000,00)
Despesas de publicações	(2.240,00)	(2.100,00)
Despesas de seguros	(2.690,04)	(1.553,64)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(13.646,10)	(28.282,96)
Despesas de serviços de terceiros	(6.310,28)	(3.275,32)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(24.102,12)	(22.753,34)
Despesas de serviços técnicos especializados	(88.952,46)	(68.422,20)
Despesas de transporte	(1.948,14)	(1.662,68)
Despesas tributárias	(500,34)	(674,59)
Despesa de viagem no país	(205.024,44)	(124.455,21)
Outras despesas administrativas	(47.196,20)	(22.374,22)
Despesas de amortização	(24.091,87)	(23.753,51)
Despesas de depreciação	(33.321,96)	(32.191,39)
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(233,45)	(333,07)
Despesas de Contribuição ao Cofins	(186,75)	(266,47)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(19.867,10)	(12.924,50)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(6.428.733,95)	(4.109.988,40)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-	(3,24)
Outras Despesas Operacionais	(2.312,18)	(1.630,10)
Garantias Financeiras Prestadas	(64.976,03)	(13.512,19)
TOTAL	(7.241.638,60)	(4.754.228,34)

23. Partes Relacionadas

a) Cooperativas Singulares:

Transação	Ativo/ (Passivo/PL)		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Operações de Crédito	36.312.729,01	6.790.704,52	1.078.058,05	446.513,49
Valores a receber e a pagar				
Rateio/Alocação Filiadas			4.545.205,19	3.210.000,00
Centralização Financeira	-204.945.029,72	-131.267.559,49	-6.428.733,95	-4.109.988,40
Rendimentos da centralização a pagar mês 06/2019	-1.040.044,87	-741.647,17		
Depósitos a prazo	-47.375.232,02	-28.522.958,78	-1.220.491,88	-855.210,61
Patrimônio Líquido				
Capital Social	-29.479.479,89	-21.612.753,36	-912.530,68	-1.071.813,56
Provisão de Juros ao Capital	-912.530,68	-1.071.813,56		

a) Remuneração de partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo **SICOOB CENTRAL NE** do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019	
Honorários	197.238,93
Cédulas de Presença	16.051,20

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2019		30/06/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais (Lei 9.703/98	-	77.911,70	-	76.969,73
Outros	941,98	-	941,98	-
TOTAL	941,98	77.911,70	941,98	76.969,73

27. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Sicoob Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 30 de junho de 2019 totalizaram R\$ 28.457,93.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo os indicadores.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de Referência (RWARPS)	30.531.608,18	22.513.227,65
Patrimônio de Referência (RWARPS + ACP)	103.160.812,46	68.498.381,03
Índice de Basileia %	29,60%	32,87%

29. Evento Subsequente – Desfiliação da cooperativa singular Sicoob União Paraibana

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2019 deliberou pela exclusão, a partir de

1o. de abril de 2019, da cooperativa Sicoob União Paraibana do quadro de associadas do Sicoob Central Nordeste. Todavia, por força de acordo judicial firmado entre as partes, a singular foi mantida no quadro de associadas da Central, gozando de todos os direitos e deveres de cooperativa filiada, pelo prazo de 100 dias, com sua desfiliação sendo concluída em 1o. de agosto de 2019. A Central, em razão da desfiliação do Sicoob União Paraibana, em 05/08/19 promoveu a devolução do saldo de depósitos a prazo no montante de R\$ 4.512.303,91, e o capital social residual no montante de R\$ 848.727,66, será devolvido somente por ocasião de assembleia geral prevista par ser realizada em 2020.

Cabedelo/PB, 5 de agosto de 2019

MARIA KELLYANE LOPES DE VERAS
CONTADORA
CPF: 080.326.154-31
CRC: PB-012269/O-6

NEILSON SANTOS OLIVEIRA
DIRETOR EXECUTIVO
CPF: 420.502.432-00

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste - SICOOB CENTRAL NE Cabedelo - PB

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste - Sicoob Central NE, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRAL NE em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa número 11a, o SICOOB CENTRAL NE possui ativo imobilizado no montante de R\$ 4.846.668,49, dos quais R\$ 3.200.000,00 referem-se ao conjunto de 6 (seis) salas comerciais adquiridas pela Central para serem utilizadas como sua nova sede. Essa aquisição se deu por meio do pagamento de R\$ 2.200.000,00, acrescidos de permuta do terreno e das edificações da antiga sede do Sicoob Central NE, valorizados na transação pelo montante de R\$ 1.100.000,00. Todavia, até o término de nossos trabalhos, não havia sido realizada a transferência de titularidade dos imóveis objeto de negociação, estando pendentes a emissão das respectivas escrituras e a efetiva transmissão do controle, dos riscos e dos benefícios desses bens entre as partes, condições necessárias para o registro do ativo imobilizado, conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.144/2012 e 4.535/2016. Além disso, o valor residual da antiga sede, correspondente, em dezembro de 2017, ao montante de R\$ 461.059,28, foi baixado indevidamente em decorrência dessa transação, com o conseqüente registro, no resultado não operacional de 2017, de ganho de capital no valor de R\$ 638.940,72. Dessa forma, caso a Administração tivesse registrado corretamente a transação de permuta, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estariam reduzidos, em 30 de junho de 2019 no montante de R\$ 638.940,72.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase – desfiliação de cooperativa singular

Conforme Nota Explicativa número 29, a cooperativa Sicoob União Paraibana foi desfiliação da Central em 1º de abril de 2019, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2019. Contudo, em razão de acordo judicial formalizado entre as partes, foi definida a manutenção da singular, pelo prazo de 100 dias, no quadro de associadas da Central, assegurando-lhe todos os direitos e deveres de cooperativa filiada. A desfiliação do Sicoob União Paraibana foi efetivamente realizada em 1o. de agosto de 2019, tendo sido efetuada, em 5 de agosto de 2019, a devolução de seus depósitos a prazo mantidos na Central, no montante de R\$ 4.512.303,91. O capital social residual da cooperativa, no valor de R\$ 848.727,66, será devolvido somente por ocasião de Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 15 de agosto de 2019.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador
CRC DF 019481/O-4 CNAI 2090



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Crédito do Nordeste – SICOOB CENTRAL NE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após o exame mensal dos Balancetes e das Demonstrações Financeiras e Contábeis, relativos ao 1º semestre de 2019 e, considerando o acompanhamento e fiscalização realizados ao longo do período, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central.

O parecer do Conselho Fiscal é favorável, bem como, registramos que as observações feitas por este Conselho Fiscal, no decorrer do 1º semestre de 2019, ao SICOOB CENTRAL NE foram devidamente consideradas.

João Pessoa/PB, 16 de agosto de 2019.

Marcondes Ladislau Bezerra
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Luzia Helena de Freitas Fonseca Rezende
Conselheiro Fiscal

Maria Iolanda Vasconcelos Araújo Pais
Conselheiro Fiscal

